

## **PROJETO DE LEI Nº 23/ 13**

**“Dispõe sobre a continuidade da prestação de serviços essenciais aos consumidores desempregados”.**

**A Câmara Municipal da Estância Hidromineral de Águas da Prata, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais ,DECRETA e aprova a seguinte Lei:**

**Artigo 1º** - Fica assegurada ao consumidor desempregado, nos termos desta lei, a continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais.

**§1º**- Consideram -se serviços públicos essenciais, para os fins desta lei:

- 1- abastecimento de água;
- 2- distribuição de energia elétrica;
- 3- captação e tratamento de esgoto.

**§ 2º** - Considera-se consumidor desempregado, para os fins desta lei, aquele que tenha registrado em sua Carteira Profissional, emitida pelo Ministério do Trabalho, a baixa no último emprego, há no mínimo um mês e no máximo seis meses, desde que tenha trabalhado pelo menos seis meses contínuos no último emprego.

**Artigo 2º** - Para fazer jus ao benefício que trata a presente lei, o consumidor desempregado deverá ser o principal responsável pelo sustento da família e solicitar a concessão do benefício junto ao Poder Público ou concessionária responsável pela prestação do serviço.

**Parágrafo único** – O principal responsável pelo sustento da família, para os fins desta lei, é a pessoa responsável por mais de 50% (cinquenta por cento) da renda familiar.

**Artigo 3º** - Fica vedada a interrupção da prestação de serviço aos consumidores de que trata o artigo 1º desta lei, por motivo de inadimplemento, por um prazo de 90 dias a partir da data do protocolo do pedido.

**Parágrafo único** - Para protocolar o pedido de concessão do benefício, o consumidor não poderá ter débitos pendentes.

**Artigo 4º** - Perderá o direito ao benefício, o consumidor que ultrapassar:

1 – a primeira classe de consumo no abastecimento de água;

2 – a primeira faixa no consumo de energia elétrica;

**Artigo 5º** - Só poderá ser concedido o benefício uma vez a cada período de 24 meses.

**Artigo 6º** - O Poder Executivo regulamentará esta lei, em especial em relação à compensação financeira aos concessionários de serviços públicos do Estado e do Município a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro contratual.

**Artigo 7º** - Para atender às despesas decorrentes da aplicação desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar, dentro dos limites estabelecidos na lei orçamentária anual vigente, visando a inclusão das devidas classificações orçamentária.

**Parágrafo único** – Os créditos de que trata este artigo serão cobertos na forma prevista no § 1º do artigo 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Artigo 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Egberto Junqueira Ferreira, 22 de Abril de 2013.

**Luiz Alberto Teixeira Ferreira**  
Vereador

**Fábio Ferraz de Campos**  
Vereador

#### **JUSTIFICATIVA:**

O desemprego é uma triste realidade na maioria dos países do mundo. A perda do emprego acarreta inúmeros problemas financeiros, morais e emocionais que poderão ser agravados pela degradação da qualidade de vida decorrentes da falta de recursos necessários para a sua manutenção.

Os serviços essenciais, compreendidos como o fornecimento de água, esgoto e energia elétrica, são indispensáveis para se viver com um mínimo de dignidade. A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, como afirma a Constituição Federal, em seu artigo 1º, inciso III.

A dignidade da pessoa humana deve ser absoluta e deve prevalecer sobre todos os outros valores, tanto individual quanto coletivo. O respeito à dignidade da pessoa humana se traduz ao repúdio de práticas vexatórias a cidadania. Apresenta uma face positiva de afirmação da integridade física e espiritual do indivíduo, a garantia da identidade e integridade da pessoa através do livre desenvolvimento da personalidade e a garantia de mecanismos que assegurem a convivência em sociedade, dentre os quais inclui a garantia de condições existenciais mínimas.

Assim, neste difícil período de transição, que é a procura de um novo emprego, pode ocorrer da família da pessoa desempregada, com a queda da renda familiar, não ser capaz de suportar o ônus dos serviços essenciais. Nada mais justo que se conceda à família um período para que esta se reequilibre, dando-lhes a chance de recomeçar dignamente.